

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS
SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS
DE FORMIGA – PREVIFOR**

**CONCURSO PÚBLICO
Nº 01/2019**



Advogado Previdenciário

Manhã

Tipo 1 - BRANCA

Organizadora:



INSTITUTO
CONSULPLAN

CARGO: ADVOGADO PREVIDENCIÁRIO

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Setecentos anos

Uma das maiores formas de ignorância é a ideia de que os ancestrais e os idosos não servem para nada. A boçalidade ganhou ares de suposta sabedoria em meio a um mundo que se degrada, até mesmo pelas mãos daqueles que se dizem defensores de uma atitude progressista.

Vou contar uma pequena história que pode nos ajudar a sair dessa ignorância. Certa vez, uma mulher brasileira apaixonada por jardins, viajando pelo interior da Inglaterra, passou de carro por uma pequena cidade do interior e estacionou diante de um belíssimo jardim. Encantada com o que viu, e querendo saber o modo como a dona daquela casa teria sido capaz de criar tamanha beleza em seu jardim, parou o carro e correu até a casa, batendo à porta com o coração em salto.

Uma pequena senhora abriu a porta sorridente. Nossa brasileira falava inglês perfeitamente. Ela tinha muitas perguntas para aquela pequena senhora, mas a primeira resposta já impactou nossa conterrânea cultivadora de jardins no Jardim Europa.

“Há quanto tempo a senhora cultiva esse jardim para que ele seja tão belo?” Nossa pequena senhora respondeu, de modo direto e simples: “Setecentos anos”.

Qual a moral dessa história? A vida de uma pessoa, de uma sociedade, de uma cultura, é como um jardim. Setecentos anos são necessários para você ver e cultivar a beleza, que aqui não representa apenas a beleza puramente estética, mas, acima de tudo, a harmonia das formas, construídas pelo silêncio de quem dedica o cotidiano à beleza e à moral que tornam a vida algo de valor.

A verdade é que a beleza e a harmonia na vida (uma vida moral) nunca têm nada de original, ao contrário do que pensam os idiotas, que são fruto de rupturas trazidas por recém-nascidos ou adolescentes raivosos.

A beleza, assim como a vida moral, nunca teve nada de original. A obsessão pela originalidade é uma forma de pobreza de espírito típica da vida moderna. Mede-se a estupidez de uma cultura pela desvalorização do conhecimento dos idosos, dos ancestrais e dos mortos.

Uma das razões da bestialidade que assola nosso mundo é a crença infantil de que devemos dar todo o poder aos que acabaram de chegar ao mundo.

Mesmo que o capitalismo, na sua fúria pelo fetiche da inovação, nos enfie essa falácia goela abaixo, o futuro depende muito mais dos mais velhos do que dos mais jovens.

Isso em nada significa a adesão cega a formas de preconceito ou superstições como pensam os inteligeninhos. Esse tipo de capacidade e permanência tem mais a ver com a habilidade de quem treinou tanto piano ao longo da vida que, ao ouvir as primeiras notas do “Noturno” de Chopin, é

capaz de continuar a tocar a música sem ler nenhuma partitura. A vida é uma arte prática e não teórica.

A vida é como uma sinfonia na qual entramos depois que muitos já a tocaram e nos ensinaram a tocar com seus gestos delicados e discretos. A discrição é uma virtude dos que sabem ouvir e não dos que gritam com aí suas pequenas crenças em *hashtags*.

A burguesia, como classe social histórica, é presa natural dessa forma de estupidez: acreditar no novo como resposta é sempre uma forma *gourmet* de ignorância. É confundir uma nova geração de *iPhones* com o modo como se educa os mais jovens ou se conduz o cotidiano.

A ignorância da burguesia caminha passo a passo com o seu sucesso estrondoso. Toda forma de prosperidade carrega em si um risco de estupidez.

Os mais velhos, em meio a sua dor, seus fracassos, suas doenças e seus medos, sabem muito mais sobre a vida do que os jovens barulhentos que confundem tecnologia com conhecimento. E a educação, na medida em que faz *workshops* de algoritmos, anuncia a cegueira que caracteriza o mundo moderno acerca de si mesmo.

Quem ainda não entendeu que o futuro é dos mais velhos, não entendeu que “a sociedade é uma comunidade de almas que reúne os mortos, os vivos e os que ainda não nasceram”, como diria *Edmundo Burke*.

(Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/luizfelipeponde/2020/02/setecentos-anos.shtml>. Luiz Felipe Pondé.)

Questão 01

Podemos afirmar que o título deste texto:

- A) Revela a concepção do autor sobre originalidade.
- B) Explicita o tema do texto, antecipando a perspectiva sobre a qual será abordado.
- C) Recorta uma informação fundamental para a apreensão do tema abordado pelo autor.
- D) Estabelece uma relação tangencial em relação ao tema, para evitar expor o posicionamento do autor diante do impasse abordado no texto.

Questão 02

Analise as afirmativas a seguir.

- I. O autor defende a tese de que o passado deve ser preservado e aperfeiçoado continuamente em busca de uma vida cada vez mais próspera.
- II. A expressão “ganhou ares de”, utilizada no primeiro parágrafo, significa “apresentar-se como” e confere ao texto certo grau de coloquialidade.
- III. A referência a “defensores de uma atitude progressista” sinaliza a importância defendida pelo autor de se romper com os padrões morais vigente, a fim de promover revoluções sociais.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I.
- B) II.
- C) III.
- D) I e II.

CONCURSO PÚBLICO – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS
DE FORMIGA – PREVIFOR

Questão 03

No texto, a história contada pelo autor aproxima-se do gênero textual fábula porque:

- A) É uma história escrita para crianças.
- B) O desfecho da história provoca uma reflexão de caráter instrutivo.
- C) Os personagens são seres inanimados que representam qualquer pessoa.
- D) O autor utilizou na construção da história a figura de linguagem denominada prosopopeia.

Questão 04

O trecho que apresenta opinião de uma das personagens da história contada no texto está em:

- A) “Uma pequena senhora abriu a porta sorridente.” (3º§)
- B) “Há quanto tempo a senhora cultiva esse jardim para que ele seja tão belo?” (4º§)
- C) “Nossa pequena senhora respondeu, de modo direto e simples: ‘Setecentos anos’.” (4º§)
- D) “[...] uma mulher brasileira apaixonada por jardins, viajando pelo interior da Inglaterra, passou de carro por uma pequena cidade do interior e estacionou diante de um belíssimo jardim”. (2º§)

Questão 05

“A vida de uma pessoa, de uma sociedade, de uma cultura, é como um jardim.” (5º§) Considerando este trecho, marque **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as falsas.

- () O termo “vida” é metaforicamente comparado ao termo “jardim”.
- () Caso houvesse a supressão do termo “como”, a comparação tornar-se-ia implícita.
- () A linguagem desse trecho é conotativa, porque as palavras foram empregadas em sentido próprio e preciso.

A sequência está correta em

- A) V, V, F.
- B) F, V, F.
- C) V, F, V.
- D) F, V, V.

Questão 06

“[...] tem mais a ver com a habilidade de quem treinou tanto piano ao longo da vida que, ao ouvir as primeiras notas do ‘Noturno’ de Chopin, é capaz de continuar tocando a música sem nenhuma partitura.” (10º§). Em relação ao trecho, analise as afirmativas a seguir.

- I. A palavra “mais” explicita a noção de oposição.
- II. As vírgulas foram usadas para isolar o adjunto adverbial descolado.
- III. Nesse trecho, há, respectivamente, uma causa e uma consequência.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I.
- B) II.
- C) III.
- D) II e III.

Questão 07

Os referentes entre parênteses recuperam adequadamente os pronomes destacados, EXCETO:

- A) “[...] na sua fúria [...].” (do capitalismo)
- B) “Ela tinha muitas perguntas [...].” (a pequena senhora)
- C) “[...] aqui não representa apenas a beleza [...].” (na história contada)
- D) “Isso em nada significa [...]” (acreditar que o futuro depende dos mais velhos)

Questão 08

De acordo com o texto, os conhecimentos acumulados com o passar do tempo:

- A) Enlaça a burguesia na inépcia de continuar a cometer os mesmos equívocos.
- B) São teorias ultrapassadas que se opõem à ideologia pragmática moderna.
- C) Fomentam a construção de preconceitos que atrasam a evolução da humanidade.
- D) Devem subsistir na construção do futuro para que se possa dar continuidade na construção de um mundo moralmente harmonioso.

Questão 09

“[...] são fruto de rupturas trazidas por recém-nascidos ou adolescentes raivosos” (6º§). As palavras destacadas neste trecho significam, respectivamente:

- A) “criações originais” e “interrupções de continuidade”.
- B) “reutilização das ideias antigas” e “abertura para o novo”.
- C) “desobediências” e “restauração de padrões desgastados”.
- D) “crianças que acabaram de nascer” e “jovens que ainda não atingiram a idade adulta”.

Questão 10

“[...] mas a primeira resposta já impactou nossa conterrânea cultivadora de jardins no Jardim Europa.” (3º§). A conjunção destacada estabelece em relação a informação apresentada anteriormente um(a):

- A) Confirmação.
- B) Contrariedade.
- C) Contentamento.
- D) Questionamento.

CONHECIMENTOS GERAIS

Questão 11

No período pós-Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos tiveram que dividir a hegemonia mundial com outra grande potência, protagonizando uma acirrada disputa diplomática denominada Guerra Fria. O país, opositor dos EUA neste cenário, era:

- A) França.
- B) Alemanha.
- C) Reino Unido.
- D) União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS.

CONCURSO PÚBLICO – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS
DE FORMIGA – PREVIFOR

Questão 12

“O aumento nos focos de incêndio nos maiores biomas do mundo chamou a atenção da comunidade internacional. Dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), compilados com o auxílio de sistemas da Agência Espacial Norte-Americana (Nasa), apontam que há três biomas que foram particularmente afetados pelas queimadas nos últimos anos: a tundra, vegetação baixa que ocorre em diversas regiões da Rússia; a savana, que recobre boa parte da Angola, da República Democrática do Congo (RDC) e da Zâmbia; e a floresta amazônica, atingida pelos incêndios no Brasil e na Bolívia. Ao longo do tempo, o Estado Brasileiro elaborou várias estratégias geopolíticas para um melhor controle das suas fronteiras. A cobiça internacional que a Amazônia desperta se deve em grande parte à sua extraordinária biodiversidade. Daí as pressões internacionais que o país sofre, voltadas à preservação e a conservação da floresta.”

(Disponível em:

<https://g1.globo.com/natureza/noticia/2019/09/04/queimadas-afetam-amazonia-tundra-e-savana-em-2019-mas-planeta-sofre-mais-com-o-fogo-no-brasil.ghtml>. Com adaptações.)

A questão Amazônica não é recente e vai muito mais além do que o problema das queimadas. Vários são os fatores que servem como agravantes dessa questão, dentre os quais podemos apontar:

- A) A internacionalização oficial de toda a bacia amazônica, reconhecida mundialmente como patrimônio natural da humanidade.
- B) O excesso de demarcações indígenas em áreas estratégicas de terras produtivas, prejudicando, acirradamente, a economia local.
- C) O desinteresse das comunidades científicas em desenvolver pesquisas de remédios e cosméticos devido às intempéries e doenças tropicais.
- D) A instabilidade política de países como a Colômbia, que tem parte do seu território controlado por grupos de guerrilheiros e narcotraficantes.

Questão 13

População mundial deve ter mais 2 bilhões de pessoas nos próximos 30 anos

“Segundo novo relatório, habitantes do planeta devem chegar a 9,7 bilhões de pessoas em 2050 e cerca de 11 bilhões em 2100; em 2018, pela primeira vez, mais pessoas tinham 65 anos ou mais do que menos de cinco anos.”

(Disponível em: <https://news.un.org/pt/tags/numero-de-pessoas-no-mundo>. Acesso em: 03/03/2021. Com adaptações.)

Sobre a distribuição populacional no mundo NÃO é correto afirmar que:

- A) O crescimento populacional vem registrando aumentos significativos.
- B) A China e a Índia são, atualmente, as nações mais populosas do planeta.
- C) A África é o continente que possui a maior taxa de crescimento populacional.
- D) A taxa de crescimento demográfico tem se apresentado menor em países ricos.

Questão 14

Sobre a responsabilidade penal juvenil, é correto afirmar que:

- A) Os responsáveis legais pelo menor serão punidos por seus atos criminosos.
- B) Ao cometer um delito, um indivíduo considerado responsável será submetido a uma determinada pena.
- C) O menor responde pela violação da lei penal na condição de adulto, sem qualquer garantia diferenciada reservada aos indivíduos jovens.
- D) Não mais obedece às leis do Estatuto da Criança e do Adolescente, pois considera-se consciente das consequências individuais e coletivas dos seus atos e da responsabilidade legal embutidas nas suas ações.

Questão 15

“É o maior e mais ambicioso programa da história do Brasil. Nasceu para enfrentar o maior desafio da sociedade brasileira, que é o de combater a fome e a miséria, e promover a emancipação das famílias em situação de maior pobreza no país. Trata-se de um programa federal destinado às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. Através dele, o governo federal concede mensalmente benefícios em dinheiro para famílias mais necessitadas.”

As informações se referem ao:

- A) Bolsa Verde.
- B) Auxílio-moradia.
- C) Programa Bolsa Família.
- D) Minha Casa Minha Vida.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

LEGISLAÇÃO

Questão 16

“A Lei Complementar Municipal nº 41/2011 estabelece que, às pessoas com deficiência, no âmbito dos concursos públicos realizados pelo Município de Formiga/MG, serão reservados o _____ de _____ das vagas ofertadas.” Assinale a alternativa que completa corretamente a afirmativa anterior.

- A) mínimo / 10%
- B) máximo / 10%
- C) mínimo / 20%
- D) máximo / 20%

Questão 17

Em relação à Lei Complementar Municipal nº 41/2011, assinale a alternativa correta. Supondo que um servidor público concursado do Instituto de Previdência de Formiga/MG tenha sido requisitado a trabalhar em um feriado, o adicional de serviço extraordinário devido será de:

- A) 50% em relação à hora normal de trabalho.
- B) 50% em relação à hora noturna de trabalho.
- C) 25% em relação à hora noturna de trabalho.
- D) 100% em relação à hora normal de trabalho.

**CONCURSO PÚBLICO – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS
DE FORMIGA – PREVIFOR**

Questão 18

Considere a hipótese de um servidor público do Município de Formiga/MG, ocupante de cargo comissionado, estar em exercício interino de outro cargo comissionado no mesmo ente federativo. Nos termos da Lei Complementar Municipal nº 41/2011, o servidor:

- A) Receberá a remuneração do menor acrescida de 20% de gratificação.
- B) Receberá a remuneração de um deles acrescida de 50% de gratificação.
- C) Deverá optar pela remuneração de um deles durante o período da interinidade.
- D) Deverá exonerar-se de um dos cargos comissionados, pois é vedada a interinidade.

Questão 19

Considere a hipótese de um servidor público que tenha tido o estágio probatório, relativo a cargo efetivo no Município de Formiga/MG, suspenso em virtude de afastamento superior a seis meses. Nesse caso, nos moldes da Lei Complementar Municipal nº 41/2011, a suspensão do prazo de estágio probatório:

- A) Renova o cômputo do período que será reiniciado do zero, a partir da data de retorno ao efetivo exercício do cargo para o qual foi concursado.
- B) Impede a aquisição da estabilidade, ficando o servidor na condição de mera função pública até o retorno ao efetivo exercício do cargo para o qual foi concursado.
- C) Não interrompe o cômputo do período já cumprido pelo servidor, sendo computado o período de afastamento como efetivo exercício para fins de avaliação de desempenho.
- D) Importa o cômputo do período já cumprido pelo servidor, voltando a ser computado pelo que lhe resta quando do retorno ao efetivo exercício do cargo para o qual foi concursado.

Questão 20

Em relação à Lei Orgânica do Município de Formiga/MG, compete ao Município, EXCETO:

- A) Conceder e renovar licença para localização e funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais, prestadores de serviços e quaisquer outros.
- B) Regulamentar a utilização dos logradouros públicos e, especialmente no perímetro urbano, determinar o itinerário e os pontos de parada dos transportes coletivos.
- C) Estabelecer servidões administrativas necessárias à realização de serviços estaduais e federais, inclusive aquelas necessárias à realização de serviços dos seus concessionários.
- D) Estabelecer normas de edificação, de loteamento, de arruamento e de zoneamento urbano e rural, bem como as limitações urbanísticas convenientes à ordenação do seu território, observada a lei federal.

CONHECIMENTOS DO CARGO

Questão 21

Considere que Matheus tenha ingressado para o cargo efetivo de professor do ensino infantil de um Município em 1982, sem concurso público. Considere que Pedro tenha ingressado para o mesmo cargo, por concurso público, em 1989. Nos termos da Constituição Federal, no que se refere aos conceitos de estabilidade e efetividade, considerando que ambos ainda estejam em exercício, é correto afirmar que:

- A) Ambos são efetivos.
- B) Ambos são estáveis.
- C) Matheus é efetivo e Pedro é estável.
- D) Matheus não é estável e Pedro é efetivo.

Questão 22

Considerando o que dispõe o regime de pagamento de precatórios, previsto no ADCT da Constituição Federal, o conceito de receita corrente líquida inclui nos:

- A) Municípios, as transferências correntes recebidas dos Estados.
- B) Estados, a contribuição retida dos servidores para custeio da Previdência Própria.
- C) Estados, as parcelas entregues aos Municípios por determinação constitucional.
- D) Municípios, a contribuição retida dos servidores para custeio da Previdência Própria.

Questão 23

Nos termos da Constituição Federal, no Capítulo que trata da Organização do Estado, havendo compatibilidade de horários e respeitado o teto constitucional, é permitida a acumulação de:

- A) Dois cargos de Policial Militar.
- B) Um cargo científico no municipal e um cargo técnico federal.
- C) Dois cargos da saúde no estado e um de professor no município.
- D) Um cargo de Policial Militar do estado com um cargo científico no município.

Questão 24

Considere que o teto do Regime Geral de Previdência Social é de R\$ 6.000,00. Considere, ainda, que um servidor do Município de Formiga tenha acabado de se aposentar por idade com proventos de R\$ 7.000,00. Nos termos da Constituição Federal, a contribuição do aposentado ao Regime Próprio de Previdência social, sobre os proventos:

- A) Incidirá sobre a base de cálculo de R\$ 1.000,00.
- B) Incidirá sobre a base de cálculo de R\$ 6.000,00.
- C) Incidirá sobre a base de cálculo de R\$ 7.000,00.
- D) Será indevida, visto que já implementou o benefício.

**CONCURSO PÚBLICO – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS
DE FORMIGA – PREVIFOR**

Questão 25

Em relação ao regime de pagamento dos precatórios previstos no ADCT da Constituição Federal, se os recursos não forem tempestivamente liberados pelo ente devedor, no todo ou em parte, é correto afirmar que:

- A) O Presidente do Tribunal de Justiça local determinará o sequestro, até o limite do valor não liberado, das contas do ente federado inadimplente.
- B) O Juiz de Direito da Vara de Fazenda Pública local determinará o sequestro, até o limite do valor não liberado, das contas do ente federado inadimplente.
- C) O chefe do Poder Executivo do ente federado inadimplente responderá, na forma da lei de improbidade administrativa, preferencialmente à legislação de responsabilidade fiscal.
- D) O chefe do Poder Executivo do ente federado inadimplente responderá, na forma da legislação de responsabilidade fiscal, preferencialmente à Lei de Improbidade Administrativa.

Questão 26

O ato administrativo, apesar de ser ato jurídico, é distinto dos atos de direito privado. Assim, é dotado de atributos ou características específicas que o tornam apto a ser submetido a um regime jurídico administrativo. A seguir, estão elencados alguns dos atributos apontados pela doutrina como comuns aos atos administrativos, EXCETO:

- A) Tipicidade.
- B) Imperatividade.
- C) Autoexecutoriedade.
- D) Presunção de não veracidade.

Questão 27

Em relação ao abuso do poder, assinale a alternativa correta.

- A) O abuso do poder pode se revelar na seara do poder regulatório.
- B) A invalidação da conduta abusiva se dá apenas através de ação judicial.
- C) Agindo com abuso de poder, o agente submete sua conduta à revisão judicial, não cabendo revisão administrativa.
- D) O desvio de poder é modalidade de abuso em que o agente atua fora dos limites de sua competência administrativa.

Questão 28

Sobre servidores públicos, assinale a alternativa correta.

- A) A vitaliciedade impede a extinção do cargo.
- B) O exercício completa a relação estatutária entre Estado e servidor.
- C) A nomeação atribui ao servidor as prerrogativas, os direitos e os deveres do cargo.
- D) Adota-se como principal requisito para aposentadoria a conjugação da idade mínima com tempo mínimo de contribuição.

Questão 29

Assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) É vedada a aplicação do pregão, em sua forma eletrônica, a locações imobiliárias e alienações.
- B) O pregão, na forma eletrônica, é condicionado a diversos princípios, incluindo o princípio do desenvolvimento sustentável.
- C) As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, resguardados o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- D) Não é obrigatória a utilização da modalidade eletrônica de pregão pelos órgãos da administração pública federal direta, autarquias, fundações e fundos especiais para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia.

Questão 30

Analise as afirmativas a seguir.

- I. O interesse público não é de observância obrigatória pela Administração Pública, podendo esta fazer juízo de ponderação e fazer prevalecer interesse privado através da sua discricionariedade.
- II. O princípio do interesse público corresponde ao atendimento a fins de interesse geral, vedada a renúncia total ou parcial de poderes ou competências, salvo autorização em lei.
- III. A desigualdade jurídica entre Administração e administrados é consequência lógica do princípio da supremacia do interesse público.
- IV. Sempre que em confronto com direitos fundamentais o interesse público perde a sua supremacia.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I e II.
- B) II e III.
- C) II e IV.
- D) III e IV.

Questão 31

Analise as afirmativas a seguir.

- I. As partes, nos contratos escritos, poderão especificar domicílio onde se exercitem e cumpram os direitos e obrigações deles resultantes.
- II. Prevalecerão o princípio da intervenção mínima e a excepcionalidade da revisão contratual, nas relações contratuais privadas.
- III. Deverá ser adotada a interpretação mais favorável ao aderente, na hipótese de haver cláusulas ambíguas ou contraditórias no contrato de adesão.

Nos termos do Código Civil brasileiro, está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.

**CONCURSO PÚBLICO – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS
DE FORMIGA – PREVIFOR**

Questão 32

Marta e Antônio, em união estável, pagaram juntos, durante vários anos, pela aquisição de um imóvel de 180 m², onde residem com os três filhos pequenos, sendo certo que não possuem outro imóvel urbano ou rural. Nos termos do Código Civil brasileiro, na hipótese de:

- A) Marta abandonar o lar, a propriedade será transferida integralmente aos filhos, mediante autorização judicial e registro em cartório.
- B) Marta abandonar o lar, se decorrido o lapso de cinco anos ininterruptos e sem oposição, Antônio adquirirá o domínio integral sobre o bem.
- C) Antônio abandonar o lar, se decorrido o lapso de dois anos ininterruptos e sem oposição, Marta adquirirá o domínio integral sobre o bem.
- D) Antônio abandonar o lar, sua parte na propriedade será transferida aos filhos, ficando Marta com a outra parte, mediante registro em cartório.

Questão 33

Considere que em uma ação de procedimento comum de obrigação de fazer, movida por servidor municipal em face do Instituto de Previdência de Formiga, o Juiz da causa tenha exarado um despacho abrindo vista ao Ministério Público. Nos termos do Código de Processo Civil brasileiro, contra o referido pronunciamento do magistrado:

- A) Não cabe recurso, por expressa previsão legal.
- B) Cabe recurso ordinário, interposto no Tribunal de Justiça.
- C) Cabe Agravo de Instrumento interposto diretamente no juízo de origem.
- D) Cabe Agravo de Instrumento interposto diretamente no Tribunal de Justiça.

Questão 34

Considere que em uma ação de procedimento comum anulatória de ato administrativo tenha sido expedida uma carta precatória para citação de um dos réus. Nos termos do Código de Processo Civil brasileiro, considerando que o juízo deprecado tenha constatado a mudança de domicílio do réu para a Comarca vizinha, deverá:

- A) Devolver a Carta Precatória para o juízo deprecante.
- B) Encaminhar a Carta Precatória para a Comarca vizinha, no prazo de cinco dias.
- C) Encaminhar a Carta Precatória para a Comarca vizinha, comunicando o juízo deprecante.
- D) Devolver a Carta Precatória para o juízo deprecante, observado o prazo máximo de quinze dias úteis.

Questão 35

A certidão de intimação feita por Oficial de Justiça, nos autos de uma ação de procedimento comum de aposentadoria movida em face do Município deverá conter algumas informações obrigatórias, dentre as quais NÃO se inclui:

- A) Declaração de entrega da contrafé.
- B) Indicação do lugar e a descrição da pessoa intimada.
- C) Cópia do documento de identidade e CPF do intimado.
- D) Nota de ciência ou a certidão de que o interessado não a após no mandado.

Questão 36

Observe as seguintes hipóteses.

- I. Quando a enunciação relativa à matéria tributária não for prestada, por quem de direito, no prazo e na forma da legislação tributária.
- II. Ocorre quanto aos tributos cuja legislação atribua ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa.
- III. Quando o contribuinte ou terceiro, na forma da legislação tributária, presta à autoridade administrativa informações sobre matéria de fato, indispensáveis para o lançamento.

A partir das proposições indicadas, as modalidades de lançamento, que são descritas sequencialmente, são:

- A) Homologação / Declaração / Ofício
- B) Declaração / Ofício / Homologação
- C) Ofício / Declaração / Homologação
- D) Ofício / Homologação / Declaração

Questão 37

Considere as contribuições previdenciárias relativas ao funcionalismo público e observe as hipóteses infra.

- I. As contribuições previdenciárias relativas ao funcionalismo público incidem sobre verbas remuneratórias com repercussão sobre benefícios, nestas, incluídas, o terço de férias.
- II. São base de cálculo para as contribuições previdenciárias do funcionalismo público as verbas remuneratórias com repercussão sobre benefícios.
- III. Os adicionais noturno e de insalubridade integram a base de cálculo das contribuições previdenciárias relativas ao funcionalismo público.
- IV. Estão excluídas da base de cálculo das contribuições previdenciárias do funcionalismo público as parcelas remuneratórias não incorporáveis à aposentadoria.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I e II.
- B) I e III.
- C) II e IV.
- D) III e IV.

Questão 38

Analise as afirmativas, marque **V** para as verdadeiras e **F** para as falsas.

- () A solidariedade ativa no direito tributário existe quando há um mesmo crédito que deva ser partilhado por mais de um ente da Federação.
- () Na solidariedade que ocorre por interesse comum na situação de fato que constitui o fato gerador é possível alegar benefício de ordem.
- () Havendo solidariedade, a remissão do crédito exonera a todos os coobrigados, salvo se outorgada pessoalmente a um deles, subsistindo; nesse caso, a solidariedade quanto aos demais pelo saldo.

A sequência está correta em

- A) V, V, F.
- B) V, F, F.
- C) F, V, F.
- D) F, F, V.

CONCURSO PÚBLICO – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS
DE FORMIGA – PREVIFOR

Questão 39

Contribuinte pretende oferecer caução do valor de débito que lhe é imputado, para o fim de obter certidão positiva com efeito de negativa, da qual necessita para concluir um novo contrato. Sua obrigação já está vencida; porém, a execução fiscal não foi ainda proposta. Nesta hipótese, a demanda que deve ser proposta é:

- A) Cautelar Fiscal.
- B) Repetição do Indébito.
- C) Mandado de Segurança.
- D) Ação Anulatória de Débito Fiscal.

Questão 40

José Moraes, no ano de 2018, ajuizou ação própria, objetivando o cancelamento do bloqueio de transferência, junto ao órgão público responsável, da motocicleta importada que havia adquirido, ao argumento de que a teria comprado por intermédio de financiamento junto ao Banco XY S/A, sendo que, à época, não constavam restrições do vendedor junto ao cadastro do banco, em especial, que não havia anotação de débito fiscal do alienante junto à instituição financeira que financiou a transação. Alegou ser terceiro adquirente de boa-fé. A Fazenda, exequente, registra que teria havido fraude execução, uma vez que o seu crédito já estava, à época da transação, inscrito em dívida ativa, fato este provado; a partir deste enunciado, assinale a afirmativa correta.

- A) José Moraes tem direito ao cancelamento pretendido, já que o banco, ao conceder o financiamento, avalizou a transação.
- B) A Fazenda tem razão quando afirma haver fraude à execução; porém, seria necessário provar o *consilium fraudis*, ou seja, a intenção de vendedor e comprador em prejudicar o Fisco.
- C) A Fazenda está correta, já que a alienação de bens, a partir da inscrição do débito em dívida ativa, sem que haja reserva de meios para quitação, gera presunção absoluta de fraude.
- D) José Moraes tem direito ao cancelamento, uma vez que o reconhecimento da fraude à execução depende do registro da penhora do bem alienado ou da prova de má-fé do terceiro adquirente.

Questão 41

Considere que uma fábrica de laticínios, sediada em local rural de considerável distância com os meios de transporte público, disponibilize transporte para levar e buscar seus funcionários diariamente aos seus postos de trabalho. Sobre a situação hipotética, é correto afirmar que, na legislação brasileira, referido tempo:

- A) Nunca foi computado como jornada de trabalho.
- B) Sempre foi computado como jornada de trabalho.
- C) Computava como jornada de trabalho e não mais a integral, após alteração nas normas trabalhistas.
- D) Não computava como jornada de trabalho e agora a integral, após alteração nas normas trabalhistas.

Questão 42

Para fins do Direito do Trabalho, há diversas interpretações para os conceitos de remuneração, salário e gorjeta. Assinale a alternativa em que a afirmação apresentada NÃO tem qualquer acolhimento doutrinário.

- A) Salário é sinônimo de gorjeta.
- B) Salário é espécie de remuneração.
- C) Remuneração e salário são sinônimos.
- D) Remuneração é a soma do salário e das gorjetas.

Questão 43

Quanto aos honorários de sucumbência do advogado empregado, é correto afirmar que:

- A) Não se confundem com a natureza jurídica das gorjetas.
- B) Equiparam-se à remuneração para fins de cálculo do INSS.
- C) Devem ser pagos pelo empregador quando o sucumbido não o honrar.
- D) Devem ser entendidos como salário para fins de recolhimento do FGTS.

Questão 44

Em relação ao conceito de estabilidade do empregado público, pode-se afirmar que:

- A) O empregado público concursado, assim como o servidor público concursado, só pode ser demitido por processo administrativo.
- B) Na hipótese de extinção do emprego público, o empregado será aproveitado em cargo efetivo compatível com suas atribuições.
- C) Na hipótese de extinção do emprego público, o empregado ficará em disponibilidade com remuneração proporcional até sua aposentação.
- D) O empregado público concursado tem direito à ampla defesa e à motivação do ato, em caso de desligamento pela prática de infração disciplinar.

Questão 45

“Não será computado como período extraordinário o que exceder à jornada normal, quando o empregado, por escolha própria, buscar proteção pessoal, em caso de insegurança nas vias públicas ou más condições climáticas, bem como adentrar ou permanecer nas dependências da empresa para exercer atividades particulares.” Assinale a situação que, ao contrário do que explica o trecho, é considerada tempo à disposição do empregador:

- A) Uso do tempo para estudos particulares de capacitação e aprendizado.
- B) Período destinado à alimentação e ao descanso no recinto da empresa.
- C) Práticas religiosas realizadas com outros colegas de trabalho no recinto da empresa.
- D) Troca de roupa ou uniforme, quando houver obrigatoriedade de realizar a troca na empresa.

**CONCURSO PÚBLICO – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS
DE FORMIGA – PREVIFOR**

Questão 46

Assinale a alternativa que apresenta benefício previdenciário cuja concessão no âmbito do Instituto de Previdência do Município de Formiga/MG será realizada com as mesmas regras aplicáveis no Regime Geral de Previdência Social.

- A) Salário-família.
- B) Auxílio funeral.
- C) Aposentadoria.
- D) Auxílio natalidade.

Questão 47

Nos termos da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 13 de novembro de 2019, a idade para a aposentadoria do homem, como trabalhador rural, junto ao Regime Geral de Previdência Social, é de:

- A) 58 anos.
- B) 60 anos.
- C) 62 anos.
- D) 65 anos.

Questão 48

Considere as regras de aposentadoria do professor do ensino infantil, fundamental e médio no Regime Geral de Previdência Social. Nos termos da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 13 de novembro de 2019, é correto afirmar que:

- A) A idade é reduzida em cinco anos em relação à idade do não-professor.
- B) O tempo de contribuição é reduzido em cinco anos em relação ao tempo do não-professor.
- C) A idade e o tempo de contribuição são reduzidos em cinco anos em relação aos requisitos do não-professor.
- D) O texto constitucional não mais prevê redução de cinco anos em relação aos requisitos de idade ou contribuição.

Questão 49

Sobre os regimes de previdência social previstos no ordenamento constitucional brasileiro, é correto afirmar que:

- A) O regime geral adota critérios de equilíbrio financeiro, enquanto o regime próprio dos servidores adota critérios de equilíbrio atuarial.
- B) O regime próprio dos servidores adota critérios de equilíbrio financeiro, enquanto o regime geral adota critérios de equilíbrio atuarial.
- C) Tanto o regime geral quanto o regime próprio dos servidores possuem caráter contributivo e organizam-se pelo critério exclusivo de capitalização.
- D) Tanto o regime geral quanto o regime próprio dos servidores possuem caráter contributivo e critérios para preservar o equilíbrio financeiro e atuarial.

Questão 50

Em relação aos regimes de previdência social previstos no ordenamento constitucional brasileiro, a proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário é prevista somente no:

- A) Regime Geral de Previdência Social.
- B) Regime de Previdência Suplementar.
- C) Regime Próprio de Previdência Social.
- D) Regime de Previdência Complementar.

ATENÇÃO



NÃO É PERMITIDA a anotação das respostas da prova em QUALQUER MEIO.
O candidato flagrado nesta conduta poderá ser ELIMINADO do processo.

**CONCURSO PÚBLICO – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS
DE FORMIGA – PREVIFOR**

PROVA DISCURSIVA (PARECER JURÍDICO)

ORIENTAÇÕES GERAIS

- A Prova Discursiva (Parecer Jurídico) é de caráter eliminatório e classificatório; será avaliada na escala de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.
- A resposta à Prova Discursiva (Parecer Jurídico) deverá ser manuscrita em letra legível, com caneta esferográfica de corpo transparente, de tinta azul ou preta, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas.
- A Prova Discursiva (Parecer Jurídico) terá extensão mínima de 20 (vinte) linhas e máxima de 60 (sessenta) linhas. Será desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou que ultrapassar a extensão máxima permitida.
- O candidato receberá nota zero na Prova Discursiva (Parecer Jurídico) em casos de não atendimento ao conteúdo avaliado, de não haver texto, de manuscrito em letra ilegível, ou de grafar por outro meio que não o determinado, bem como no caso de identificação em local indevido.
- Para efeito de avaliação da Prova Discursiva (Parecer Jurídico) serão considerados os seguintes elementos de avaliação:

CRITÉRIOS	PONTUAÇÃO
(A) ASPECTOS MACROESTRUTURAIS	14 pontos
ABORDAGEM DO TEMA E DESENVOLVIMENTO DO CONTEÚDO:	
Neste critério serão avaliados: Pertinência da exposição relativa ao problema, à ordem de desenvolvimento proposto e ao padrão de resposta, conforme detalhamento a ser oportunamente publicado.	
(B) ASPECTOS MICROESTRUTURAIS	6 pontos
Indicação de um erro para cada ocorrência dos tipos a seguir: 1. Conectores (sequenciação do texto); 2. Correlação nominal e verbal; 3. Precisão vocabular; 4. Pontuação; 5. Concordância nominal e verbal; 6. Regência nominal e verbal; 7. Colocação Pronominal; 8. Vocabulário adequado ao texto escrito; 9. Ortografia; 10. Acentuação.	
OBSERVAÇÕES QUANTO AOS CRITÉRIOS DE CORREÇÃO:	
1. Por linha efetivamente escrita, entende-se a linha com no mínimo duas palavras completas, excetuando-se preposições, conjunções e artigos.	
2. O padrão de resposta será divulgado com o resultado preliminar da Prova Discursiva (Parecer Jurídico).	

Analise os seguintes dados hipotéticos de processo de aposentadoria em análise no Instituto de Previdência de Formiga/MG:

Nome da servidora: MIRIAM DELGADO
Cargo efetivo atual: Professora de ensino fundamental
Posse no cargo atual: 20.07.2003
Início do Exercício: 01.08.2003
Data de análise do benefício: 02.09.2021
Tempo de contribuição averbado do Estado (cargo de Pedagogo): 02.07.1998 a 03.07.2003
Tempo de serviço averbado do Município de Belo Horizonte (cargo Professor ensino infantil): 02.01.1993 a 03.01.1997
Data de nascimento: 15.08.1968

Instruções prévias de conteúdo do parecer:

1. Aponte os conceitos de: (1) tempo no cargo efetivo; (2) tempo na carreira; e (3) tempo total de contribuição para aposentadoria, indicando o seu marco inicial e apontando o tempo, em anos, que a servidora possui no caso apresentado. Não é necessário apontar as frações de meses e dias.
2. Aponte: (1) idade exigida na Constituição para a aposentadoria voluntária integral da mulher (art. 40, §1º, inciso I da CF, redação anterior à EC nº 103/19); (2) idade exigida na Constituição para a aposentadoria voluntária especial da professora nas funções de magistério (art. 40, §5º da CF, redação anterior à EC nº 103/19); e (3) idade, em anos, da servidora na data de 02.09.2021.
3. Analise se a servidora implementa, em 02.09.2021, as condições para a aposentadoria voluntária especial de professor, considerando o texto constitucional anterior à EC nº 103/2019, explicando os requisitos e explanando se a servidora já pode se aposentar. Caso a servidora não tenha completado as condições de aposentação, explique quais requisitos faltam alcançar para a regra mais próxima de implementação.

Na qualidade de Advogado do Instituto de Previdência do Município de Formiga/MG, redija um parecer conclusivo pela possibilidade ou não de aposentação da servidora, observada a estrutura adequada da peça e manifestando sua opinião técnica quanto a todos os itens solicitados na instrução acima. Considere que o Município de Formiga/MG ainda não referendou a Emenda Constitucional nº 103/2019 e fundamente o parecer exclusivamente nas normas constitucionais vigentes até a edição da norma. Redija texto claro, coeso e fundamentado. A apresentação de resposta meramente em tópicos será desconsiderada.

CONCURSO PÚBLICO – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS
DE FORMIGA – PREVIFOR

PROVA DISCURSIVA (PARECER JURÍDICO)

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	

CONCURSO PÚBLICO – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS
DE FORMIGA – PREVIFOR

33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	







INSTRUÇÕES

É necessário uso de máscara durante toda a prova. O álcool em gel se encontra disponível para o uso dos candidatos.

1. Somente será permitida a utilização de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, feita de material transparente e de ponta grossa.
2. Não será permitida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos e a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo. Especificamente, não será permitido ao candidato ingressar na sala de provas sem o devido recolhimento, com respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: *bip*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *ipod*, *ipad*, *tablet*, *smartphone*, mp3, mp4, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, relógio de qualquer modelo, pulseiras magnéticas e similares etc., o que não acarreta em qualquer responsabilidade do Instituto Consulplan sobre tais equipamentos. No caso do candidato, durante a realização das provas, ser surpreendido portando os aparelhos eletrônicos citados, será automaticamente lavrado no Termo de Ocorrência o fato ocorrido e ELIMINADO automaticamente do processo de seleção. Para evitar qualquer situação neste sentido, o candidato deverá evitar portar no ingresso ao local de provas quaisquer equipamentos acima relacionados.
3. Com vistas à garantia da segurança e integridade do certame em tela, no dia da realização das provas escritas, os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e saída de sanitários. Excepcionalmente, poderão ser realizados, a qualquer tempo durante a realização das provas, outros procedimentos de vistoria além do descrito.
4. O Caderno de Provas consta de 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha para os cargos de nível superior e 40 (quarenta) questões para o cargo de nível médio. A Prova Discursiva (Parecer Jurídico) será aplicada apenas para o cargo de Advogado Previdenciário.
5. Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o Caderno de Provas contém o número de questões previsto, se corresponde ao cargo a que está concorrendo, bem como se os dados constantes no Cartão de Respostas (Gabarito) e na Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva somente para o cargo Advogado Previdenciário) que lhe foram fornecidos estão corretos. Caso os dados estejam incorretos, ou o material esteja incompleto ou, ainda, detenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao Fiscal de Aplicação.
6. As provas terão duração de 4 (quatro) horas para os cargos de nível médio e superior completo; e para o cargo de Advogado Previdenciário, as provas terão duração de 5 (cinco) horas. Este período abrange a assinatura e a transcrição das respostas para o Cartão de Respostas (Gabarito) e Folha de Textos Definitivos (cargo de Advogado Previdenciário).
7. As questões das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com 4 (quatro) alternativas (A a D) e uma única resposta correta. Ao terminar a prova, o candidato, obrigatoriamente, deverá devolver ao Fiscal de Aplicação o Cartão de Respostas (Gabarito) e a Folha de Textos Definitivos (cargo de Advogado Previdenciário), devidamente assinados em local específico.
8. Os Fiscais de Aplicação não estão autorizados a emitir opinião e prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.
9. Não é permitida a anotação de informações relativas às respostas (cópia de gabarito) no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio.
10. O candidato somente poderá retirar-se do local de realização das provas escritas levando o Caderno de Provas no decurso dos últimos 30 (trinta) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término. O candidato, também, poderá retirar-se do local de provas somente a partir dos 90 (noventa) minutos após o início de sua realização, contudo não poderá levar consigo o caderno de provas.
11. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos. Caso algum destes candidatos insista em sair do local de aplicação antes de autorizado pelo fiscal de aplicação, será lavrado Termo de Ocorrência, assinado pelo candidato e testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo Fiscal de Aplicação da sala e pelo Coordenador da Unidade de Provas, para posterior análise pela Comissão de Acompanhamento do Concurso.

RESULTADOS E RECURSOS

- Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados na *internet*, no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br, a partir das 16h da segunda-feira subsequente à realização das provas escritas objetivas de múltipla escolha.
- O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas disporá de 3 (três) dias úteis, a partir do dia subsequente ao da divulgação (terça-feira), em requerimento próprio disponibilizado no *link* correlato ao Concurso Público no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br.
- A interposição de recursos poderá ser feita via *internet*, através do Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos, com acesso pelo candidato ao fornecer os dados referentes à sua inscrição, apenas no prazo recursal, ao Instituto Consulplan, conforme disposições contidas no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br, no *link* correspondente ao Concurso Público.